



PARTE B

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

Despacho n.º 19 003/2006

Por meu despacho de 21 de Julho de 2006, foi Maria Isabel de Castro Barbosa Tavares Baptista, secretária aduaneira principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, requisitada pelo período de um ano,

ao abrigo do disposto no artigo 44.º da Lei n.º 77/88, de 1 de Julho (lei de organização e funcionamento dos serviços da Assembleia da República), com a redacção que lhe foi dada pelas Leis n.ºs 59/93, de 17 de Agosto, e 28/2003, de 30 de Julho, para desempenhar funções relativas ao conteúdo funcional da carreira de secretária parlamentar na Divisão de Recursos Humanos e Administração da Assembleia da República, com efeitos a 1 de Setembro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Agosto de 2006. — Pela Secretária-Geral, a Adjunta, *Maria do Rosário Boléo*.



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

Despacho n.º 19 004/2006

1 — Ao abrigo dos artigos 2.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o licenciado João Miguel Range Prata Roque para exercer funções de adjunto do meu Gabinete.

2 — Nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio, fica o nomeado autorizado a exercer actividades docentes em serviço de instituições do ensino superior.

3 — O presente despacho produz efeitos desde o dia 1 de Setembro de 2006.

31 de Agosto de 2006. — O Ministro dos Assuntos Parlamentares, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 19 005/2006

Por despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, por delegação, foi nomeado, em comissão de serviço, José Luís Machado Seruya, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 184/98, de 6 de Julho, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 116-B/2006, de 16 de Junho, pelo período de dois anos, para exercer o cargo de consultor do quadro de pessoal do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER), índice 770, e subsídio de disponibilidade de 20% ao abrigo do mesmo diploma, com efeitos a 24 de Julho de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Agosto de 2006. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Despacho (extracto) n.º 19 006/2006

Por meu despacho de 16 de Junho de 2006, com a anuência do director do Departamento Geral de Administração, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 31 de Agosto de 2006, foi autorizada a prorrogação da requisição, pelo período de um ano, ao abrigo do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, a Maria Manuela de Carvalho Pinto Rosa, assistente administrativa do quadro 1 do Ministério dos Negócios Estrangeiros a exercer funções neste organismo, com efeitos reportados a 1 de Junho de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Setembro de 2006. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Despacho (extracto) n.º 19 007/2006

Por meu despacho de 7 de Agosto de 2006, com a anuência do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança

Social, I. P., de 18 de Agosto de 2006, foi autorizada a prorrogação da requisição, pelo período de um ano, ao abrigo do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, a Jorge Orlando Duarte Vouga, motorista de ligeiros do quadro de pessoal do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., a exercer funções neste organismo, com efeitos a 10 de Outubro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Setembro de 2006. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres

Aviso n.º 10 260/2006

1 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

2 — Para os devidos efeitos faz-se público que, autorizado por despacho de 28 de Agosto de 2006 da vice-presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), ao abrigo do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e do artigo 7.º, n.º 1, alínea *d*), da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para o preenchimento de uma vaga de técnico(a) superior principal, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal desta Comissão, anexo ao Decreto-Lei n.º 166/91, de 9 de Maio, alterado pelo aviso n.º 9436/99 (publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 28 de Maio de 1999).

3 — Prazo de validade — o concurso visa exclusivamente o provimento do lugar acima mencionado, caducando com o seu preenchimento.

4 — Legislação aplicável ao concurso:

Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, com as alterações introduzidas nomeadamente pelos Decretos-Leis n.ºs 404-A/98, de 18 de Dezembro, e 141/2001, de 24 de Abril;

Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho;

Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e Portaria n.º 229/2006, de 10 de Março;

Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;

Decreto-Lei n.º 166/91, de 9 de Maio, e aviso n.º 9436/99, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 28 de Maio de 1999;

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 141/2001, de 24 de Abril;

Decreto-Lei n.º 141/2001, de 24 de Abril.